

O Uso Racional de Medicamentos Psicotrópicos no Brasil

A cidade de Brasília recebeu de 8 a 10 de novembro de 1995 cerca de cinquenta profissionais, vindos de vários estados brasileiros e vários países europeus, sob o patrocínio da Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e do Ministério da Saúde (Secretaria Nacional da Vigilância Sanitária) para discutir o uso racional de medicamentos psicotrópicos. Este tipo de reunião diferiu bastante do protótipo das reuniões organizadas pela OMS/OPAS, pois não houve participação exclusiva de especialistas da área médica para discutir critérios de prescrição de medicamentos. A OMS/OPAS vem adotando um modelo de reunião, já utilizado em vários países, onde são convidados vários setores da comunidade como a imprensa, advogados, indústria farmacêutica, farmacêuticos, representantes comunitários para discutir um assunto de interesse comum e tendo em vista amplificar ao máximo as conclusões e recomendações finais.

O uso racional de medicamentos psicotrópicos já há muito ultrapassou a área de especialidade dos psiquiatras e se transformou num problema de saúde pública. Tem sido constatado por inúmeras pesquisas as enormes distorções nas prescrições dos diferentes psicotrópicos feitas pelas mais diferentes especialidades médicas. Por um lado, no caso das anfetaminas, que são usadas pelas clínicas de emagrecimento, o Brasil é o país que importa 60% de toda a produção mundial de fenproporex, e importamos somente em 1992 23 toneladas de anfetaminas para consumo interno. Por outro lado, importamos muito menos opiáceos do que é recomendado pelo International Narcotic Control Board, o que significa que muitos pacientes ficam sem a devida prescrição de analgésicos em momentos importantes de suas vidas como na fase de câncer terminal. Esses dois exemplos apontam para polos opostos da irracionalidade que ocorre no processo de prescrições desses medicamentos. Os benzodiazepínicos, que são as drogas psicotrópicas mais prescritas no Brasil, também é um exemplo típico de uma droga onde existe muito pouco critério no seu uso.

O Brasil tem tido uma inércia muito grande em implementar políticas que pudessem racionalizar a prescrição desses medicamentos. Medidas importantes, mas ainda tímidas, foram tomadas em relação aos benzodiazepínicos nos últimos anos, mas ainda é muito cedo para avaliarmos o impacto real na diminuição da prescrição deste medicamento. Existe uma tendência muito grande dos médicos de várias especialidades em prescreverem essa medicação para o alívio dos quadros de ansiedade, muito embora a sua utilidade para um controle efetivo dos quadros ansiosos seja muito discutível. Mais recentemente tem existido a tendência de se estimular a prescrição dos novos antidepressivos (Inibidores Seletivos de Recaptação da Serotonina) para o alívio de uma infinidade de desconfortos emocionais.

Ao comentar esta situação de prescrição excessiva dos psicotrópicos o representante da OMS explicou a diferença entre o conhecimento e a informação médica. O conhecimento seria uma integração crítica de várias fontes de informação médica que tenderia a melhorar a assistência ao paciente. Informação médica por outro lado seria informações esparsas que seriam utilizadas na prática clínica e que nem sempre teria uma melhor assistência ao paciente. Pelo uso irracional dos psicotrópicos podemos afirmar que uma grande parte dos médicos não tem um conhecimento a respeito dos princípios de psicofarmacologia que torna a prescrição desses medicamentos muitas vezes num ato acrítico e desbalanceado.

Ao final da reunião houve um certo consenso entre os participantes do que devemos fazer nos

próximos anos para melhorarmos o controle comunitário e governamental da prescrição dos psicotrópicos bem como medidas que estimulassem o uso racional desses medicamentos. As recomendações apresentadas foram:

1 - A Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária deve se transformar em um órgão autônomo e fortalecido nas suas funções de controle.

2 - Ao MEC para promover cursos nas Escolas Médicas, especialmente nos últimos anos, sobre o 'Uso Racional de Psicotrópicos'. E à Associação Brasileira de Psiquiatria para que se responsabilize em elaborar modelos para esses cursos. Programas de educação continuada sobre este tema também deverão ser promovidos.

3 - O Ministério da Saúde, através da COSAM (Coordenadoria de Saúde Mental), deverá promover Conferências de Consenso sobre temas controvertidos da terapêutica psicofarmacológica e sobre a utilização de algumas drogas como os opióides. A ABP pode ser acionada para a realização destas conferências em conjunto com os órgãos de saúde e outras entidades civis.

4 - O Ministério da Saúde deve formar um grupo de trabalho composto por especialistas, onde devem estar presentes representantes das entidades envolvidas neste simpósio, para atualização e ampla divulgação de uma lista essencial de psicofármacos.

5 - Aos Ministérios da Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia e da Justiça e aos órgãos federais estaduais e municipais de amparo à pesquisa para que promovam metodologias e destinem recursos para os estudos em fármaco-epidemiologia, fármaco-vigilância e fármaco-economia.

6 - Que os Critérios Éticos para a Promoção de Medicamentos, recomendados pela OMS sejam adaptados para a utilização no Brasil.

7 - Recuperar o papel do farmacêutico como agente de saúde, sugerindo ao Conselho Federal de Farmácia que passe a exigir a presença do farmacêutico nos estabelecimentos em que são responsáveis.

8 - A criação de um Centro de Comunicação na Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária capaz de gerar e transmitir informações sobre o 'O uso racional de medicamentos psicotrópicos' com o apoio de uma rede nacional de centros autorizados de informação.

9 - Estimular o entrosamento entre os órgãos públicos (Ministério da Saúde e Justiça) e Conselhos Profissionais com a finalidade de tornar mais ágil a análise das infrações às normas da lei.

Dr. Ronaldo Laranjeira

Ph.D. em Psiquiatria pela Universidade de Londres

Departamento Psiquiatria - Escola Paulista de Medicina

Universidade Federal de São Paulo